

## Entre fundos e coleções: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e seus instrumentos de pesquisa

**Fernanda de Souza Antunes** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0008-4166-8396>  
fernandasantunes@gmail.com

**Renato Crivelli Duarte** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-3970-5262>  
renato.duarte@unirio.br

**Patrícia Ladeira Penna Macêdo** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0003-8215-3763>  
patricia.macedo@unirio.br

**Resumo** O artigo apresenta um relato de experiência sobre o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). O foco é a análise dos instrumentos de pesquisa disponibilizados pelo AGCRJ por meio de três bases de dados online: Arquivo Virtual, Portal Augusto Malta e Portal Lucílio de Albuquerque. A metodologia aplicada foi levantamento bibliográfico e sistematização dos conceitos arquivísticos, especialmente os de fundo e coleção, consulta à legislação arquivística, além de análise do campo empírico. O estudo reflete sobre os desafios e inconsistências na categorização de fundos e coleções, apontando uma falta de clareza metodológica e conceitual. Destaca, ainda, a fragmentação dos dados e a falta de padronização nos conceitos aplicados, e como estes podem dificultar o acesso do público aos acervos. Como solução, o trabalho propõe a revisão e atualização dos instrumentos de pesquisa, com base em conceitos arquivísticos, como fundo e coleção. Propõe, ainda, o agrupamento das três bases de dados em uma base única, visando facilitar e ampliar o acesso dos usuários aos acervos.

**Palavras-chave** Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Coleções particulares. Instrumentos de pesquisa. Fundo. Coleção.

## Between funds and collections: the General Archive of the City of Rio de Janeiro and its research instruments

**Abstract** This paper presents an experience report on the General Archive of the City of Rio de Janeiro (AGCRJ). The focus is the analysis of research instruments made available by AGCRJ through three online databases: Virtual Archive, Portal Augusto Malta and Portal Lucílio de Albuquerque. The methodology applied was a bibliographic survey and systematization of archival concepts, especially those of fund and collection, consultation of archival legislation, in addition to analysis of the empirical field. The study reflects on the challenges and inconsistencies in the categorization of funds and collections, pointing out a lack of methodological and conceptual clarity. It also highlights the fragmentation of data and the lack of standardization in the concepts applied, and how these can hinder public access to collections. As a solution, the work proposes the review and updating of research instruments, based on archival concepts, such as fund and collection. It also proposes the grouping of the three databases into a single database, aiming to facilitate and expand users' access to the collections.

**Keywords** General Archive of the City of Rio de Janeiro. Private collections. Research instruments. Fund. Collection

## Entre fondos y colecciones: el Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro y sus instrumentos de investigación

**Resumen** El artículo presenta un relato de experiencia sobre el Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro (AGCRJ). El objetivo es el análisis de los instrumentos de investigación puestos a disposición por la AGCRJ a través de tres bases de datos en línea: Archivo Virtual, Portal Augusto Malta y Portal Lucílio de Albuquerque. La metodología aplicada fue un levantamiento bibliográfico y sistematización de conceptos archivísticos, especialmente los de fondo y colección, consulta de la legislación archivística, además del análisis del campo empírico. El estudio reflexiona sobre los desafíos e inconsistencias en la categorización de fondos y colecciones, señalando una falta de claridad metodológica y conceptual. También destaca la fragmentación de los datos y la falta de estandarización en los conceptos aplicados, y cómo estos pueden dificultar el acceso público a las colecciones. Como solución, el trabajo propone la revisión y actualización de instrumentos de investigación, basados en conceptos archivísticos, como fondo y colección. También propone agrupar las tres bases de datos en una única base de datos, con el objetivo de facilitar y ampliar el acceso de los usuarios a las colecciones.

**Palabras clave** Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro. Colecciones privadas. Instrumentos de investigación. Fondo. Colección.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 24/10/2024  
Aprovado em 01/12/2024  
Publicado em 12/12/2024

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, que deriva da pesquisa, ainda em andamento, realizada no âmbito do mestrado profissional junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/Unirio). Aliado à experiência profissional vivenciada durante atuação na gerência de arquivo permanente do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), desde 2021, busca-se relacionar a teoria e a prática, no sentido da reflexão sobre os principais meios de acesso aos acervos do AGCRJ, seus instrumentos de pesquisa, que se apresentam em três bases de dados online: o Arquivo Virtual, o Portal Augusto Malta e o Portal Lucílio de Albuquerque.

Primeiramente, cabe observar que a história e a estrutura do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro passou por inúmeras transformações ao longo de sua existência, e muitos dos questionamentos que hoje estão no entendimento de seus acervos podem ter relação com essas mudanças. Portanto, revisitar os conceitos teóricos, que interferem diretamente na aplicação prática, é fundamental para o estabelecimento de critérios, garantindo rigor metodológico no tratamento dos acervos, especialmente no que se detém neste trabalho, que são os instrumentos de pesquisa da instituição.

O AGCRJ é uma instituição com mais de 130 anos de história, o que possibilita o contato direto com uma ampla variedade de conjuntos documentais, dos mais diversos gêneros, tipos e suportes, e que perpassam desde a documentação da administração pública municipal, até de acervos pessoais e institucionais. Através do site da instituição, é possível acessar suas bases de dados, que registram cerca de 100 fundos, coleções e “coleções particulares”, organizados, ou parcialmente organizados. Os critérios para a adoção dos conceitos de fundo e coleção (além da categoria “coleções particulares”) parece um tanto obscuro, na medida em que faltam registros e instrumentos que normalizam as ações empreendidas pela instituição.

A categorização dos conjuntos adotada pelo AGCRJ, aparentemente, os divide entre fundos e coleções considerando a forma de entrada dos documentos na instituição como parâmetro definidor das categorias. De acordo com o site do AGCRJ, o termo “coleção particular” é mantido por conta da memória do trabalho realizado na instituição, e foi utilizado por muito tempo para diferenciar a forma de entrada do acervo na entidade (AGCRJ, 2024).

Por se tratar de um órgão público, vinculado ao Poder Executivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro, o AGCRJ e, por extensão, os documentos por ele custodiados, tem papel fundamental

na garantia do exercício da cidadania, no sentido do acesso pleno aos documentos da administração municipal, e ainda na preservação da identidade e da memória coletiva.

Nesse sentido, desde janeiro de 2003, por meio do Decreto n. 22.615, que regulamenta a Lei n. 3.404 (que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados), cabe ao AGCRJ elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo Municipal. Tal diretriz prevê a garantia na gestão, na preservação e no acesso aos documentos públicos municipais e a proteção especial aos arquivos privados de interesse público.

Portanto, em congruência com a consecução dessa diretriz, esta proposta de trabalho pretende apresentar e problematizar as três bases de dados *online* elaboradas pelo AGCRJ, que configuram os principais mecanismos de acesso dos cidadãos aos instrumentos de pesquisa da instituição. Essa problematização se dará, metodologicamente, através de levantamento bibliográfico e sistematização dos conceitos arquivísticos, especialmente os de fundo e coleção, a consulta à legislação arquivística, além do entendimento do campo empírico, propriamente, tanto pela verificação da história institucional, quanto pela consulta às bases de dados mencionadas.

Esse exercício se dá no sentido de refletir sobre a importância da definição de critérios claros para a organização e o tratamento dos conjuntos documentais arquivísticos, além da necessidade de sua atualização, a fim de melhor atender à demanda de acesso aos documentos.

## 2 O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SEUS ACERVOS

A origem de boa parte da documentação que compõe o acervo do AGCRJ remonta à época de refundação da cidade, por Mem de Sá, no Morro do Castelo, em 1567, quando foi constituído o Arquivo da Câmara Municipal. De acordo com Fernandes (2011, p. 28), o Conselho ou Câmara Municipal foi uma das instituições portuguesas transplantadas para as colônias, a fim de exercer seu poder no território. Assim, ficou determinado, pela ordenação jurídica portuguesa, que caberia à Câmara Municipal o exercício de funções administrativas, políticas, legislativas, judiciais, fazendárias e policiais.

A dinâmica de atuação da Câmara Municipal nos dá indícios sobre a documentação ali produzida, e que já desde a fundação da cidade, em 1565, registrava a concessão das primeiras sesmarias e cartas forais distribuídas por Estácio de Sá. Nesse sentido, conforme apresenta

Fernandes (2011, p. 31), foi incumbido ao primeiro escrivão da Câmara Municipal, Diogo de Oliveira:

(...) registrar em livros próprios e de guardar em uma “arca grande e boa” as cartas de doação de sesmarias concedidas por Estácio de Sá aos jesuítas, à municipalidade e aos primeiros povoadores; as cartas forais; os termos de provimento dos camaristas municipais; as provisões civis dos porteiros, pregoeiros, alcaides, carcereiros, tabeliães, escrivães, ouvidores, provedores da Fazenda e dos demais oficiais da municipalidade. **Esta “arca grande e boa” é a origem do Arquivo da Câmara Municipal.** (Fernandes, 2011, p. 31 - grifo nosso).

Esse Arquivo, portanto, tinha como finalidade guardar a documentação gerada e acumulada pela Câmara, que desempenhava tanto funções legislativas quanto executivas, na administração da cidade. A partir de então, viu-se desenrolar uma série de intempéries, sobretudo políticas, que obrigaram a Câmara e seu Arquivo migrarem por diversos endereços, o que afetou, inclusive, a integridade de seus documentos.

Apenas em 1825, quando o Primeiro Paço Municipal foi inaugurado, que este passou a sediar a Câmara Municipal, acompanhada de seu arquivo. Localizava-se no Campo da Aclamação, atual Praça da República.

Com a Proclamação da República, em 1889, e as transformações políticas ocorridas, sobretudo as que buscavam o desvencilhamento do antigo poder monárquico, tem-se a extinção da Câmara Municipal, em 7 de dezembro de 1889. Nesse momento, seu arquivo foi transferido para a Intendência de Instrução e Estatística, do Conselho de Intendência, a qual caberia a incumbência de guardar e preservar os documentos produzidos e recebidos pelo governo municipal (Fernandes, 2011, p. 99).

Contudo, a partir do Decreto nº 44, de 05 de agosto de 1893, o arquivo da antiga Câmara Municipal foi transferido para o âmbito da Prefeitura do Distrito Federal. Esta data corresponde ao marco fundador do que se denominou Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, tendo como competência gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos órgãos e repartições do Executivo Municipal.

Em linhas gerais, atualmente a identificação dos fundos custodiados pelo AGCRJ considera, enquanto baliza temporal, os períodos administrativos do Poder Executivo da cidade. Esses períodos foram divididos em quatro: Câmara Municipal (CM) que abarca desde a época da fundação da cidade, em 1565, até a Proclamação da República. Esses correspondem aos registros mais antigos custodiados pelo AGCRJ, que remontam ao século XVI, passando até o século XIX.

Esse conjunto apresenta como particularidade os critérios de organização da época, que privilegiaram o agrupamento temático, no qual cada assunto ficou dividido em códigos, que não consideram necessariamente a ordenação cronológica, tampouco a proveniência dos documentos. Dadas as dificuldades de reconfiguração de tais códigos, o AGCRJ optou por manter a organização original.

Contrariamente à documentação correspondente ao período da Câmara Municipal, a organização da documentação dos períodos administrativos que se seguiram consideraram, para a denominação dos fundos, os seus órgãos maiores, como as Diretorias ou Secretarias, a depender da caracterização de cada época.

Temos, portanto: Prefeitura do Distrito Federal (PDF), que corresponde ao período em que a cidade foi capital da República, entre os anos de 1889 e 1960; Estado da Guanabara (EG), relativo à transformação da cidade em Estado da Guanabara, entre 1960 e 1975, e, finalmente, o denominado Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). Este período corresponde desde a fusão entre o Estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro, decretada pelo presidente Ernesto Geisel pela Lei Complementar nº 20, e implantada a partir de março de 1975 (Ferreira, 2006), e se estende até os dias atuais.

Essa divisão em períodos administrativos da cidade não considera os arquivos privados e pessoais custodiados pela instituição. Ela apenas se aplica aos conjuntos documentais produzidos e acumulados no âmbito da administração pública municipal, e que foram recolhidos ao AGCRJ devido ao seu caráter permanente.

### **3 ARQUIVOS PRIVADOS NO AGCRJ: AS COLEÇÕES PARTICULARES**

Considerando o caráter majoritário da documentação custodiada pelo AGCRJ, relativo à administração pública municipal, a justificativa para a presença de arquivos privados na instituição pode encontrar respaldo na Lei 8.159/91, conhecida como “Lei de Arquivos”, e que apresenta a seguinte definição para arquivos privados: “Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. (Brasil, 1991).

Ainda, para a identificação desses arquivos como de interesse público, considera-se o Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 8.159/91, que define que cabe ao

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ): “Identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da Lei no 8.159, de 1991.” (Brasil, 2002). As exceções correspondem ao descrito no parágrafo 2º do mesmo decreto:

§ 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social: I- os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público; II- os arquivos presidenciais, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991; III- os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei nº 8.159, de 1991. (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, foi possível identificar que a documentação recolhida ou doada ao arquivo permanente do AGCRJ contempla fundos, coleções e a categoria chamada “coleções particulares”. Muito embora não apresente uma definição clara para o uso deste termo, em consulta ao site do AGCRJ, a justificativa para a adoção dessa nomenclatura se dá pelo entendimento de que: “As Coleções Particulares são arquivos provenientes de doações realizadas pelo titular ou não, ao AGCRJ. Compreendem muitas vezes não só acumulada, mas também produzida por essas pessoas, constituindo assim um fundo arquivístico”.

Observa-se, na definição apresentada, uma imprecisão conceitual, ao apresentar que o conceito de fundo arquivístico está compreendido no que foi entendido por “coleções particulares”. No entanto, o quadro 1 a seguir demonstra as distinções entre os conceitos de fundo e coleção em três dos principais dicionários de terminologia arquivística do país:

Quadro 1: Definições para fundo e coleção

Termo Arquivístico	Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQ-SP)	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Dibrate)	Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (Brasília)
FUNDO	Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no <b>arquivo permanente</b> , passa a conviver com arquivos (1) de outras. (Camargo; Bellotto, 1996, p. 40).	Conjunto de documentos de uma mesma <b>proveniência</b> . Termo que equivale <b>arquivo</b> (1). (Arquivo Nacional, 2005, p. 97).	Conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou de suas atividades. (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 177).
COLEÇÃO	Reunião <b>artificial</b> de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum. (Camargo; Bellotto, 1996, p. 17).	Conjunto de documentos com características comuns, <b>reunidos intencionalmente</b> . (Arquivo Nacional, 2005, p. 52).	Reunião <b>artificial</b> de documentos, <b>sem relação orgânica</b> , agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros, forma de aquisição, assunto, língua, suporte físico [...]. Coleções artificiais.  <=> acumulação 2. Conjunto de documentos que reúne itens de <b>diversas proveniências</b> . (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 91).

Fonte: Elaboração própria - grifos nossos.

A partir das definições elencadas no quadro acima, é possível verificar, na própria definição de fundos, uma equivalência com relação ao conceito de arquivo. Nesse sentido, cabe verificar este conceito, bastante polissêmico, para o qual tomaremos como referência a definição apresentada pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Dibrate), segundo o qual, arquivo corresponde a:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. **Ver também fundo.**
  2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
  3. Instalações onde funcionam arquivos.
  4. Móvel destinado à guarda de documentos.
- Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. **Termo que equivale a arquivo.** (Arquivo Nacional, 2005, p. 27 – grifo nosso).

Essa dita equivalência entre os termos fundo e arquivo, de acordo com a definição do Dibrate, evidencia a relação que se estabelece entre o conceito de fundo e a entidade produtora dos documentos, com privilégio à dimensão de proveniência dos mesmos. Portanto, contrariando a prática que associou a forma de entrada como critério para diferenciar fundos e coleções no acervo do AGCRJ, conforme já mencionado, a verificação da proveniência da documentação, além da relação orgânica que mantém entre si e com seu produtor, confere maior rigor teórico na categorização dos conjuntos, em consonância com a teoria arquivística.

Como já mencionado, não há critérios claros que identifiquem a opção pela escolha dos conceitos de fundo e coleção para os conjuntos de documento que compõem o acervo do AGCRJ, tampouco para o uso do termo “coleções particulares”. Essas últimas, versam desde conjuntos de documentos de caráter pessoal, como a exemplo da Coleção Particular Haroldo Barbosa, compositor, redator e humorista, cujo acervo é formado, predominantemente, por roteiros de programas humorísticos criados para rádio e televisão. Até documentos de instituições privadas, como exemplo da Coleção Particular América Fabril, antiga fábrica de tecidos da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foi doado ao AGCRJ, em 1988, pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Este arquivo é composto por documentos textuais que versam sobre administração, finanças e patrimônio, unidades fabris, Associações de Operários da América Fabril e empresas adquiridas, além de imagens fotográficas, amostras de tecidos, entre outros.

Nesse sentido, observou-se que tal imprecisão conceitual aplicada na categorização dos conjuntos está registrada nos instrumentos de pesquisa da instituição, que são, muitas vezes, o primeiro contato, o “cartão de visitas” do pesquisador/consulente com os acervos do Arquivo.

Portanto, atentar para a atualização e melhoria dos sistemas, tanto em termos teóricos arquivísticos, quanto em termos de funcionamento técnico, pode garantir uma melhor e mais assertiva experiência ao consulente. Assim, serão apresentadas as atuais três bases de dados online da instituição, e os principais desafios identificados para sua atualização.

#### 4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA: AS BASES DE DADOS ONLINE

O AGCRJ conta com três bases de dados disponíveis *online*, sendo a primeira e principal, o Arquivo Virtual, que tem origem no desenvolvimento do Guia de Fundos do AGCRJ, iniciado em 2006. De acordo com o site da instituição, este instrumento buscava realizar o mapeamento de toda a documentação, independente do suporte, que estivesse depositada na instituição, organizando-a de acordo com sua procedência, pública e/ou privada.

Pretendia-se, com a versão *online* do Guia, o Arquivo Virtual, “disponibilizar informações sobre seus acervos e coleções particulares, possibilitando um panorama dos conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados por personalidades políticas, acadêmicas ou artísticas” (AGCRJ, 2024).

O Arquivo Virtual, atualmente, registra 91 fundos e coleções do acervo do AGCRJ, e foi elaborado com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Em que pese todo o esforço institucional no sentido da elaboração deste instrumento, é possível identificar a necessidade de uma atualização das descrições, como será exemplificado abaixo.

Tomando como exemplo a Figura 1, a partir da descrição da Coleção Marcos Tamoyo (ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1975 e 1979), apresenta-se como quantidade/mensuração do conjunto um total de três caixas, correspondendo a três metros lineares. Ou seja, há uma confusão na medição dos acervos apresentados. Paralelamente, o Guia registra, ainda, um total de 163.264 pontos de acesso, apresentando duplicidades de entradas, o que pode dificultar as pesquisas em termos de acesso aos documentos.

Figura 1 – Descrição da Coleção Marcos Tamoyo no Arquivo Virtual

1 - IDENTIFICAÇÃO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO 3 - CONTEÚDO E ESTRUTURA 4 - CONDIÇÕES DE ACESSO E USO 5 - FONTES RELACIONADAS 6 - NOTAS 7 - CONTROLE 8 - FOM

ÁREA 1 - IDENTIFICAÇÃO Não há imagens!

1.1 - Código de Referência  
BR RJAGCRJ MT

1.2 - Título  
MARCOS TAMOYO

1.3 - Datas

1.3.X - Pesquisa (Exclusivo preenchimento em 4 dígitos)

1.3.1 - Inicial 1887

1.3.2 - Final 1979

1.3.3 - Modalidade ACUMULAÇÃO

1.4 - Nível de Descrição  
COLEÇÃO

1.5 - Dimensão e Suporte

1 - TRIDIMENSIONAL  
2 - CARTOGRAFICO  
3 - FORMATO DIGITAL  
4 - AUDIOVISUAL  
5 - ICONOGRAFICO  
6 - MICROGRAFICO  
7 - SONORO  
8 - TEXTUAL  
Especie: TEXTUAL - Itens Quantidade/Mensuração: 3,00 METROS LINEARES  
Obs.: CONTEM 03 CADERNOS.  
10 - HEMEROGRAFICO  
127 - BIBLIOGRAFICO

Voltar

COLEÇÃO - BR RJAGCRJ.MT  
MARCOS TAMOYO

Fonte: Retirado de <http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>

Para além do Arquivo Virtual, o AGCRJ conta, ainda com o “Portal Augusto Malta”, que registra a documentação produzida pela família de Augusto Malta (antigo fotógrafo da Prefeitura do Distrito Federal), e o “Portal Lucílio de Albuquerque”, que registra documentação sobre a vida e a obra do pintor, desenhista e professor brasileiro. A existência destes três instrumentos, revela uma fragmentação no principal meio de acesso dos pesquisadores aos acervos, e a divisão da documentação em três bases para consulta distintas pode confundir o usuário, o que impacta no acesso e na busca mais assertiva de informação por parte do cidadão.

Ambos os portais necessitam, por parte do pesquisador/consulente, de criação de um *login* específico para acesso, através de cadastro nos portais. O Arquivo virtual, por outro lado, não prescinde de tal etapa, o que parece tornar mais fluida a experiência de consulta à base, muito embora, como vimos, demande atualizações em outros campos, sobretudo no que tange às adequações teórico-conceituais.

Portanto, mediante os desafios que se impõem, algumas iniciativas têm sido colocadas, como a proposta de unificação das três bases de dados em um guia de fundo único, a revisão da descrição dos conjuntos documentais, além da revisão e atualização dos pontos de acesso, evitando duplicidades e padronizando as descrições. Para tal, este trabalho, ainda em andamento, busca sistematizar alguns conceitos arquivísticos, especialmente os de fundo e coleção, a fim de adequar as bases de dados da instituição ao uso correto dos conceitos, à luz da teoria arquivística, alinhando estudos teóricos e aplicação prática.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro passou por diversas transformações, desde suas instalações físicas, até sua estrutura hierárquica, vinculado a diversos órgãos e repartições da administração municipal. Acompanhou as transformações da cidade, desde sua fundação, e sua trajetória enquanto a capital da República, até tornar-se capital do Estado, com a transferência da capital Federal para Brasília. Perpassou, inclusive, a criação e dissolução do Estado da Guanabara, entre os anos de 1960 e 1975.

Desde 1979, fixou-se no bairro Cidade Nova, em um edifício construído especificamente para funcionar como uma instituição arquivística. Dispondo de um acervo longo e tão vasto de possibilidades, o AGCRJ consolidou-se enquanto detentor e mantenedor da memória da cidade, e muitos são os desafios colocados em termos de otimizar e ampliar o acesso do cidadão a documentação em sua custódia.

Esses desafios variam desde a falta de clareza no estabelecimento de critérios teórico-conceituais para categorização e descrição dos conjuntos documentais, refletido nas inconsistências de descrição identificadas nos instrumentos de pesquisa, até a fragmentação das bases de dados da instituição, que acaba impactando no acesso à informação.

Nesse sentido, contrapor o que dita a teoria arquivística às realidades pragmáticas de seu fazer, objetivando estabelecer critérios claros e rigorosos nas definições conceituais é fundamental para possibilitar uma organização mais assertiva, que confira maior eficácia e eficiência no sentido de garantir acesso à documentação, além de fomentar o debate sobre a teoria arquivística e a organização dos arquivos na prática.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). **Administração pública municipal: a estrutura e os titulares: da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889 – 2012)**. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**.

BRASIL. **Decreto nº 4.073** de 03 de fevereiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm). Acesso em: 20 ago. 2024.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado de Cultura, 1996.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FERNANDES, Maria Célia. **Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº22.615, de 30 de janeiro de 2003. **Regulamenta a Lei nº 3.404, de 6 de junho de 2002, que dispõe sobre a política Municipal de Arquivos Públicos e Privados**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2003/2262/22615/decreto-n-22615-2003-regulamenta-a-lei-n-3404-de-06-de-junho-de-2002-que-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-arquivos-publicos-e-privados> Acesso em: 20 ago. 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 20.113, de 25 de junho de 2001. **Cria o sistema de memória da cidade**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2001/2011/20113/decreto-n-20113-2001-cria-sistema-de-memoria-da-cidade?r=p>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**NOTAS DE AUTORIA****Fernanda de Souza Antunes**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ-Unirio). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Gerente de Arquivo Permanente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Link Currículo Lattes - <https://lattes.cnpq.br/6138177728264282>

**Renato Crivelli Duarte**

Doutor e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília). Possui graduação em Arquivologia pela mesma instituição. Atualmente é professor adjunto no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Professor Permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa "Acervos Privados e Pessoais: memórias, políticas e patrimônio", com atuação na linha de pesquisa "Instituições (d)e custódia de arquivos privados e pessoais". Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivologia, memória individual e memória coletiva, arquivos pessoais, patrimônio e patrimônio documental e instituições de custódia.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3330664202102987>

**Patricia Ladeira Penna Macêdo**

Professora Adjunta do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Em exercício provisório no Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC/UFRN) e Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO). Líder do grupo de pesquisa: Acervos privados e pessoais: memórias, políticas e patrimônio (Grupo APP). Pesquisadora do Laboratório Multidimensional de Estudos sobre acervos privados e pessoais (LABAPP-UNIRIO). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) com graduação em História e Arquivologia, também pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua principalmente nos seguintes temas: gestão de instituições arquivísticas, memória, acervos pessoais, gestão da informação, preservação e conservação de documentos, história e biografia e questões de gênero.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8774777542544081>